

Poder público e as associações de catadores em Florianópolis: disputas e assimetrias no mercado da reciclagem

Public authorities and waste picker associations in Florianópolis: disputes and asymmetries in the recycling market

Gabriela Pereira Kasper

Mestre em Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES e pesquisadora no NUSEC – Núcleo de Sociologia Econômica da UFSC. E-mail: gabbikasper@gmail.com



Resumo

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu diretrizes para a gestão de resíduos e incluiu os catadores na responsabilidade compartilhada. Este artigo analisa as relações entre Comcap e associações de catadores em Florianópolis, a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Com base em entrevistas e análise documental, os resultados indicam um mercado da reciclagem marcado por disputas, assimetrias de poder e desigualdades na implementação da PNRS.

Palavras-chave: reciclagem; catadores; logística reversa; PNRS, coordenação de mercado

Abstract

The National Solid Waste Policy (PNRS) established guidelines for waste management and included waste pickers in shared responsibility. This article analyzes the relationships between Comcap and waste picker associations in Florianópolis, based on Pierre Bourdieu's field theory. Drawing on interviews and document analysis, the findings indicate a recycling market shaped by disputes, power asymmetries, and inequalities in the implementation of the PNRS.

Keywords: recycling; waste pickers; reverse logistics; PNRS; market coordination.

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v12i1.10649>

Recebido: 08-02-2026

Aprovado: 27-04-2026

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

1. Introdução

O aumento do volume de resíduos sólidos urbanos (RSU) e o agravamento da crise ambiental global tornaram a gestão dos reciclados um desafio central das políticas públicas. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei nº 12.305/2010, resíduos sólidos são todos os materiais, sólidos ou semissólidos, descartados resultantes de atividades humanas.

Um dos principais eixos da gestão destes resíduos é a coleta seletiva, responsabilidade dos municípios, titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e do manejo de resíduos sólidos. Essa atividade se desenvolve através de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, amparados pela missão de reutilização, coleta seletiva e reciclagem, no intuito de redução dos rejeitos enviados para aterros (MMA, 2025) Embora a responsabilidade direta seja do poder público municipal, os RSU mobilizam diferentes atores e interesses, como catadores, associações e autarquias.

Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2024 da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA), o Brasil apresentou em 2023 um índice de coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU) de aproximadamente 93,4%, o que representa um aumento de 0,4% em relação ao ano anterior. No total, foram coletadas cerca de 75,6 milhões de toneladas de resíduos, correspondendo a uma média diária de 207 mil toneladas. Desse montante, aproximadamente 6,7 milhões de toneladas de recicláveis secos foram enviadas para reciclagem no país, o que corresponde a 8,3% dos resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados. Esses resíduos têm duas origens principais: a coleta seletiva realizada pelos serviços públicos e a coleta informal realizada por catadores. No caso dos serviços públicos, estima-se que 2,2 milhões de toneladas foram efetivamente recuperadas, o que representa 52,2% do total de 4,2 milhões de toneladas coletadas por esse setor. Já na coleta informal, os catadores autônomos foram responsáveis por cerca de 4,5 milhões de toneladas de RSU, praticamente 100% desse material foi recuperado, em razão de seu valor agregado e potencial de comercialização.

Florianópolis se destaca por ter sido a primeira cidade do Brasil na implementação de um sistema de coleta seletiva, que desde 2016 abrange todos os bairros da cidade. De acordo com o Atlas Brasileiro da Reciclagem, em 2022 da Associação Nacional dos Catadores (ANCAT), Florianópolis enviou para a reciclagem, através das associações de catadores, cerca de 3.375 toneladas de resíduos recicláveis secos: 665,94 toneladas de plástico, 307,39 toneladas de metal, 1704,51 toneladas de papel/papelão e 697,21 toneladas de vidro. Esses números expressam os resultados do Programa

Florianópolis Lixo Zero, instituído pelo Decreto Municipal n. 18.646 de 04 de junho de 2018. O programa tem como metas: reciclagem de 60% dos resíduos secos e 90% dos orgânicos até 2030; a promoção de uma educação ambiental continuada e a promoção da inclusão social dos catadores.

No Brasil, a PNRS, instituída pela Lei nº 12.305/2010, propôs um novo arranjo para a gestão de resíduos, introduzindo o princípio da responsabilidade compartilhada e incentivando a logística reversa. Um dos princípios dessa política é a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”. No entanto, os efeitos dessa política sobre os diferentes atores que compõem a cadeia de resíduos ainda são desiguais.

As associações de catadores participam ativamente da gestão dos resíduos recicláveis no Brasil, especialmente no cumprimento das metas da PNRS. No entanto, sua atuação ainda é marcada por invisibilidade social, informalidade e disputas simbólicas por legitimidade (Dagnino; Johansen, 2017). Compreender como esses atores se posicionam no espaço social da reciclagem, negociam seu lugar no mercado e se articulam com instituições públicas como a Comcap permite revelar os mecanismos sociais que estruturam este mercado. Argumentamos que tais associações, ainda que situadas no polo dominado do mercado da reciclagem, exercem papel essencial na conformação do mercado local, ainda que pesem as desigualdades de capital simbólico, econômico e cultural. A questão que orienta o artigo é: como se configuram as disputas entre o poder público e as associações de catadores no campo da logística reversa em Florianópolis, e de que forma essas disputas revelam relações de dominação e assimetrias na implementação da PNRS?

Mesmo que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reconheça os catadores como agentes centrais, sua atuação se dá em condições de desigualdade diante do poder público e das empresas que controlam a cadeia da reciclagem. Em Florianópolis, a relação entre a Comcap e as associações de catadores evidencia disputas por legitimidade, reconhecimento e controle sobre o fluxo dos resíduos recicláveis, esse tema será explorado na seção um do artigo? Na seção 2 do artigo mapeamos as disputas e as relações de poder entre a Comcap e as associações de catadores de materiais recicláveis em Florianópolis, explorando as assimetrias presentes na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Abordamos a trajetória de agentes sociais, o papel do ambiente legal proporcionado pela União e Municípios, no sentido de construir um acordo entre o produtor e o consumidor para o descarte legitimado como correto dos

resíduos e os atores bem-sucedidos na definição do que é correto no âmbito municipal de Florianópolis.

2. Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, orientada pela noção de vigilância epistemológica (Bourdieu; Passeron; Chamboredon, 2004) e da reflexividade sociológica, compreendendo-se a relação entre pesquisador e pesquisado como uma relação social em si, que deve ser objeto constante de análise crítica. O método mobilizado pretendeu produzir uma “autoanálise provocada e acompanhada”, por meio de uma escuta ativa e metódica, situada entre a entrevista aberta e a semiestruturada.

A coleta de dados envolveu entrevistas¹ com representantes de quatro organizações dentro da cadeia da reciclagem², sendo três associações de catadores e um gestor da autarquia municipal (Comcap). Em uma quarta associação foi possível fazer uma visita guiada pelo gestor da Comcap, mas não foi possível fazer entrevistas com a presidência da organização. Utilizou-se também uma análise de dados secundários disponíveis em redes sociais e nos sites institucionais dos agentes mapeados.

Cabe destacar que o recorte empírico privilegiou entrevistas com atores que ocupam posições estratégicas no campo, como representantes de associações e agentes institucionais, o que permite apreender as dinâmicas de coordenação, regulação e disputa em nível estrutural. Tal escolha implica, por outro lado, uma menor exploração das experiências cotidianas dos catadores que não ocupam posições de gestão, bem como das tensões internas às associações, aspectos que podem ser aprofundados em pesquisas futuras.

Para amparar a pesquisa, optou-se por uma pesquisa documental, centrada na legislação vigente e em relatórios e publicações técnicas sobre a temática da logística reversa. Os dados empíricos foram analisados a partir da teoria dos campos sociais, buscando compreender as posições ocupadas pelos diferentes agentes, as disputas simbólicas e econômicas entre eles, bem como os discursos e estratégias mobilizados.

A análise se baseia na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, segundo a qual os mercados são espaços sociais com relações de força, capitais desiguais e jogos de distinção. A noção de campo remete a um espaço relativamente autônomo em que

¹ As entrevistas estão disponíveis no repositório de Dissertações da UFSC, no link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241034>

² Os nomes dos entrevistados e das associações foram alterados para nomes fictícios, a fim de preservarmos suas identidades.

agentes disputam posições e definem as regras do jogo, mobilizando distintos tipos de capital: econômico, cultural, social e simbólico. Essa estrutura se forma a partir da distribuição desigual de poder, conforme os diferentes volumes de capitais que os agentes possuem (Bourdieu, 1996). O espaço social, portanto, é construído de forma multidimensional, combinando volume e composição dos capitais.

Para o autor, "o campo econômico se distingue dos outros campos pelo fato de que as sanções são especialmente brutais e que as condutas podem se atribuir publicamente, com o fim da busca aberta da maximização do lucro material individual" (Bourdieu, 2005, p. 22).

Assim, Bourdieu (1996) propõe como método de análise, observar na posição no espaço social, disposições incorporadas e tomadas de posição a explicação para as decisões, que para ele, não são definidas de forma plenamente consciente e sim pelo habitus, de acordo com sua socialização, grupo social e sua posição do espaço social. Mobilizamos estes conceitos para mapear as posições e analisar as trajetórias de diferentes atores que conformam o mercado de reciclados eletroeletrônicos bem como para situar suas posições no campo. O habitus, é definido como "disposição para uma determinada ação", é uma estrutura incorporada socialmente que media a relação entre estrutura e agência. Para Bourdieu, o habitus é estruturado nos meios sociais e estruturante de ações e representações (Bourdieu, 1996). O habitus dos catadores se forma na experiência da marginalização, mas também na luta por reconhecimento enquanto sujeitos ambientais e econômicos, cuja atuação desafia as fronteiras tradicionais do trabalho formal (Dagnino; Johansen, 2017).

Outro conceito central do autor é o de capital simbólico, entendido como o prestígio ou reputação social reconhecida por um grupo ou campo específico (Bourdieu, 2007). No mercado de reciclados, o capital simbólico é frequentemente apropriado por empresas que alinham seu discurso ao da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, enquanto os catadores, apesar de seu papel fundamental na cadeia produtiva, enfrentam obstáculos para ter sua atuação reconhecida como ambientalmente relevante.

Compreende-se então os mercados não como ambientes neutros, mas como espaços em disputa; formatados por instituições e relações sociais que afetam profundamente a atuação dos agentes. Como cita Bourdieu (2006, p.25), "o princípio da eficácia de todos os atos de consagração não é outro senão o próprio campo, lugar da energia social acumulada reproduzido com a ajuda dos agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se dela".

A construção social do mercado de reciclagem é marcada por processos de regulação estatal, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e por redes de cooperação e conflito entre agentes, destacando-se a relação entre associações e a Comcap. Além disso, diferentes lógicas de valorização dos materiais recicláveis influenciam essa dinâmica. Dessa forma, o mercado de reciclados vai além de um espaço de trocas econômicas, configurando-se como um espaço social em disputa, cujas fronteiras, hierarquias e significados estão em constante negociação.

O Estado é um agente importante de intermediação, principalmente no que se refere aos aspectos jurídicos e burocráticos. Bourdieu (2014), no que se refere ao Estado, se afasta da ideia de analisar a tomada de decisão como coordenação consciente de ações individuais, a escala de análise se desloca para o espaço posicional que lhe confere propriedades. Estudar o campo de poder é estudar este espaço de posições estruturado por uma distribuição de capitais, cujo próprio acúmulo é tema de disputas, portanto tão desafiante quanto é o fato de que este espaço de lutas impõe princípios arbitrários, porém reconhecidos como princípios legítimos de dominação. Nos cursos no Collège de France (1989-92), Bourdieu (2014) traz essa dimensão essencial do Estado na incorporação do poder simbólico. Este está imbuído do poder sobre a organização da vida social, por meio de estruturas cognitivas, sendo o Estado visto como um campo de poder, direcionador e condicionador dos demais campos. Trazemos estas reflexões para pensar os desafios da logística reversa, verificando a importância da burocracia na administração pública.

3. Atores e arranjos institucionais

A reciclagem formal de resíduos recicláveis secos em Florianópolis é estruturada por meio de uma rede integrada entre a Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital) e as associações de catadores. A autarquia é responsável pela coleta seletiva e pela distribuição dos materiais às associações, que realizam a triagem e encaminham os resíduos para reciclagem. Atualmente, o município conta com sete associações, localizadas em diferentes regiões da cidade, as quais recebem os materiais de acordo com sua capacidade operacional e o número de cooperados. Nesta seção, apresenta-se a Comcap e as associações de catadores entrevistadas e visitadas.

A Comcap possui um papel central na estruturação do sistema de coleta seletiva em Florianópolis. Criada em 1971, a autarquia assumiu oficialmente a coleta seletiva em 2010 e, desde então, tem sido um dos principais agentes responsáveis pela articulação entre poder público, associações de catadores e empresas envolvidas na gestão de resíduos na cidade. Todavia, é importante destacar que não se trata de uma

transformação jurídica da Comcap, que permanece como autarquia municipal, mas de uma reconfiguração de sua posição no campo da gestão de resíduos, com o fortalecimento de suas funções de coordenação, regulação e mediação, com efeitos diretos sobre a atuação dos demais agentes. Assim, sua atuação na logística reversa é marcada por um discurso técnico-normativo a qual expressa a hierarquização dos atores envolvidos (Comcap, 2021).

Imagem 1: Centro de triagem da Comcap



Fonte: NSC Total

A entrevista realizada com Wilson Lopes, engenheiro da Comcap formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), evidencia o alto capital cultural e institucional do representante da autarquia. Esse capital lhe confere autoridade na definição das práticas legítimas dentro do campo. Lopes (2021) afirma:

[...] nós participamos da elaboração da licença ambiental dos galpões deles, [...] A deles é para trabalhar com resíduos sólidos, mas recicláveis, papel, papelão, plásticos e etc. [...] porque a gente tem uma coleta formal na cidade, que tem um custo e esses materiais são encaminhados para essas cooperativas, que a gente participou junto da licença ambiental deles, a gente tem um controle, a gente faz visitas, a gente pede relatórios para eles, principalmente das pessoas que trabalham, a gente quer que eles tem um ambiente seguro, salubre e que todos que tenham mão de obra sejam associados e são remunerados, mas para que

eles se sustentem precisa de um volume mínimo para o galpão se manter, se não consegue nem pagar a conta de luz.

Essa declaração revela uma complexidade na posição da autarquia: ao mesmo tempo em que se apresenta como parceira das associações, reforça a oposição estrutural ao delimitar o espaço de atuação dos catadores e ao reforçar sua função de fiscalização. A Comcap opera a coleta seletiva e define os fluxos de resíduos que chegam até as associações, o que significa que, embora as associações sejam reconhecidas pela PNRS como agentes fundamentais, sua autonomia é limitada pelas decisões institucionais da autarquia.

Essa fala exprime as relações de poder (Bourdieu, 2003), na medida em que estabelece critérios técnicos como únicos e universais, deslegitimando os saberes práticos e populares dos catadores. A exigência de um “padrão mínimo” técnico deixa em segundo plano as condições de trabalho das associações, por vezes precárias, sem maquinário ou apoio técnico especializado, e desloca para os agentes dominados a responsabilidade por eventuais falhas no sistema.

A coleta seletiva de recicláveis, classe II, como: papel, papelão, plástico, metais, isopor, abastece todas as associações de catadores de forma proporcional ao número de cooperados e conforme a capacidade de processamento. Além destes resíduos, há outras coletas operadas pela autarquia, como de podas, de orgânicos, de resíduos oriundos da construção civil, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos (Lopes, 2021).

Em relação ao mercado de reciclagem como um todo no município, Lopes (2021) cita que, em função da pandemia e da falta de matéria prima no mercado, os valores de resíduos aumentaram, resultando em um aumento no número de catadores na cidade, também potencializado pela crise econômica. Isso reduziu a quantidade de resíduos disponíveis para a coleta e conseqüentemente para as associações. O que reforça a ideia da atividade de catação e reciclagem de resíduos como um fenômeno do imediatismo, sem perspectivas de longo prazo.

Neste sentido, há na câmara dos vereadores um Projeto de Lei que regulamenta a atividade de catação no município, baseado justamente nessa baixa captação de resíduos para as associações e que opõe cooperativas x clandestinos:

(...) os galpões ficaram vazios, pela concorrência desleal de clandestinos. A renda nos sete galpões licenciados que sustentam 370 pessoas e 200 famílias despencou em até 70%. Além de diminuir a quantidade, a coleta pirata reduz a qualidade dos resíduos que chegam aos galpões licenciados, aumentando o rejeito de 20% para até 40% do total (PMF, 2021).

O projeto enviado pela prefeitura prevê a exclusividade de coleta seletiva pela prefeitura e por entidades autorizadas. Segundo Lopes (2021) esse projeto tem o apoio das associações de catadores. O entrevistado declara: “todas as profissões devem ser regulamentadas, principalmente por se tratar de materiais que podem gerar passivos ambientais”. Nesse ponto, evidencia-se o apelo ambiental mobilizado pelo Estado, mas que, ao mesmo tempo, pode resultar em processos de exclusão social. A questão nos leva a refletir sobre quais atores são legitimados como agentes ambientais e quais permanecem à margem, considerando que, na perspectiva da Comcap e da Prefeitura Municipal, apenas os catadores formalmente vinculados a associações são reconhecidos.

A organização dos catadores em associações começou em 2009, sendo a Associação 1 a primeira a ser estabelecida em uma parceria com a Comcap. A partir daí a coleta dos recicláveis passou a ser realizada pela autarquia e posteriormente destinada à associação. No início houve resistência por parte dos catadores, pois, segundo Lopes (2021), pessoas em situação de exclusão possuem certo receio do poder público, percebendo essas iniciativas como ameaças. Os catadores também acreditavam que haveria uma redução nas receitas, no entanto, segundo Lopes, em dois anos foi possível constatar o contrário: a criação de uma relação de confiança com a prefeitura e também uma percepção de maior rentabilidade, pois o tempo que era gasto na coleta dos resíduos, que anteriormente era feita pelos catadores, passou a ser utilizado na separação e processamento dos resíduos, aumentando assim a capacidade produtiva.

Lopes (2021) afirma que todo material enviado às associações é monitorado e as licenças ambientais, tanto do Ibama, como do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), assim como a licença para operações do corpo de bombeiros, é realizada com auxílio da Comcap. Existem ainda outras parcerias feitas pelas associações, como com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) e com a Ancat, que igualmente obrigam as associações a uma prestação de contas do material coletado e da destinação final, possibilitando o rastreamento destes resíduos, conforme definido pela PNRS (Lopes, 2021).

A pesquisa aponta para diferenciações na forma como os resíduos são coletados e destinados para as associações, o que gera percepções de injustiça e descontentamento entre os catadores. Essas desigualdades operam de forma silenciosa e são pouco discutidas publicamente, mas afetam diretamente as condições de trabalho e viabilidade econômica das associações. A entrevistada da associação 3 demonstra como a coordenação da cadeia é gerida pela Comcap no que se refere a catação na rua:

A gente estava fazendo coleta, mas agora vai ser proibido, a Comcap não nos permite mais, a gente assinou um termo, só para receber o da Comcap aqui. Pra

nós é mais viável, quanto eles continuam trazendo material, melhor. A gente não gasta com caminhão, a gente não gasta com motorista, é mais tranquilo você ir ali e separar o material. Agora se precisar ir pra rua, vamos também. A gente já foi, na coleta emergencial que teve, quando a Comcap parou, as cooperativas fizeram. Nós fizemos o sul da ilha, outro fez o Norte, outro fez o centro.

Como visto, a Comcap detém o monopólio da classificação legítima, ou seja, o poder de definir o que é um “resíduo reciclável”, quem pode coletá-lo e qual a melhor forma de fazê-lo. Neste sentido, o entrevistado Lopes também participa regularmente de fóruns, eventos institucionais e ações promovidas por órgãos públicos e entidades empresariais, ampliando seu capital social e simbólico. Esse cenário contrasta com a posição marginal das associações, cujos representantes raramente acessam esses espaços de visibilidade e decisão.

Por fim, embora a Comcap tenha implementado uma estrutura institucional que possibilita o funcionamento do sistema de coleta seletiva e de destinação de resíduos, sua atuação é marcada por uma lógica que reforça as disputas entre os diferentes agentes. A mediação técnica realizada pela autarquia opera também como mediação simbólica, ao produzir hierarquias de valor entre práticas, saberes e sujeitos.

2.1 Associações de catadores e as assimetrias

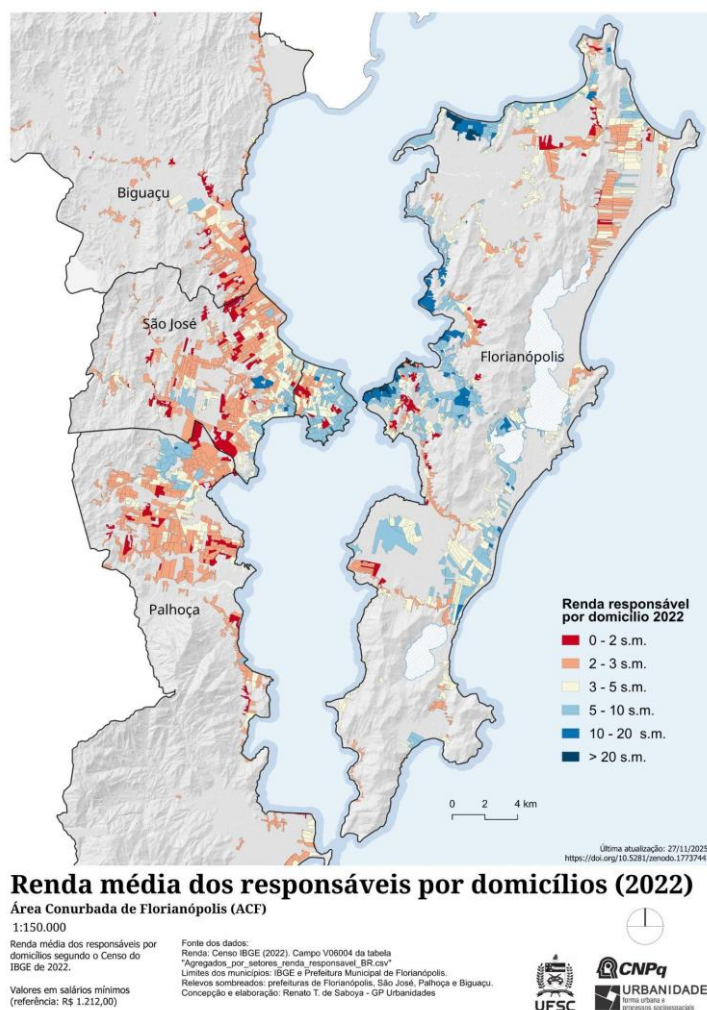
As associações de catadores de materiais recicláveis em Florianópolis ocupam uma posição fundamental, mas também contraditória, no mercado da reciclagem. Embora formalmente reconhecidas como atores importantes pela PNRS, essas organizações enfrentam desafios estruturais, simbólicos e institucionais que colocam em questão sua efetiva integração e valorização na cadeia da logística reversa.

Florianópolis conta com sete associações de catadores que são responsáveis pela triagem e encaminhamento à reciclagem dos resíduos recicláveis secos: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACMR), localizada no bairro Itacorubi; Associação de Recicladores Esperança (ARESP), localizada no bairro Monte Cristo; Recicla Floripa, localizada no bairro Carvoeira; Associação Beneficente Sul Recicla, localizada no bairro Tapera; Associação Renascer 4R, localizada no bairro Vargem Grande; Associação Amigos da Natureza, localizada no bairro José Mendes; Cooperativa de Trabalho dos Recicladores (ELORECICLA), localizada no Rio Tavares. Essas organizações estão distribuídas em diferentes regiões da cidade, como Itacorubi, Monte Cristo, Alto da Caeira, Tapera, Vargem Grande e José Mendes, e apresentam distintos níveis de formalização. Todas possuem ou estão em processo de obtenção de licenciamento ambiental e regularização sanitária, com apoio técnico da Comcap (PMF, 2022).

Para situar a localização das associações é importante considerar que Florianópolis é uma cidade formada por uma parte continental e uma ilha. A capital é dividida em 5 regiões: norte, sul, leste, central e continental, a classe média e alta situam-se no anel que contorna a ilha, enquanto que nos morros vive a população periférica, composta em geral de trabalhadores braçais, diaristas, vigilantes, entre outros e uma das características do zoneamento urbano da cidade é a proximidade de áreas de alto padrão com bairros de elite/luxo, com bairros de classe média alta e média e com bairros de classe média e populares, o que reflete também na localização das associações, em sua maioria em áreas populares, mas com proximidade com áreas de padrão mais elevado.

O mapa abaixo, apresentado pelo professor de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa Catarina, Renato Saboya, com um compilado dos dados de renda do Censo do IBGE de 2022 da população da área conurbada de Florianópolis reflete justamente esse entrelaçamento de populações de rendas diversas dentro das regiões.

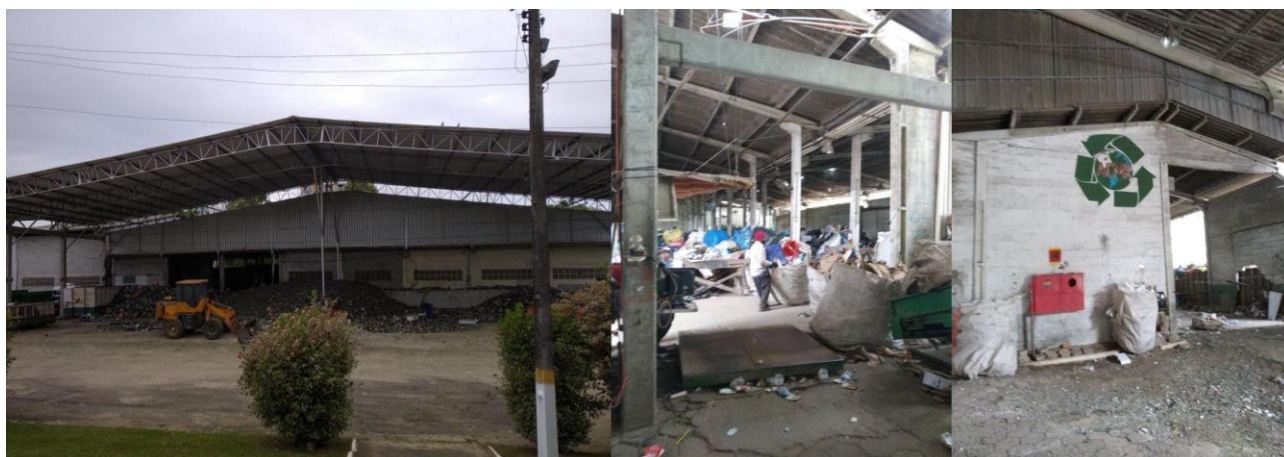
Figura 1: Renda Média dos Responsáveis por Domicílios (2022)



Fonte: Saboya (2022).

A Associação 1, localizada em espaço cedido pela Prefeitura de Florianópolis, dentro das dependências da Comcap e formalmente ativa desde 1999, é a maior e mais estruturada do município, reunindo 67 cooperados e de posse de todas as licenças legais exigidas. Sua proximidade institucional com a autarquia confere-lhe prestígio e centralidade simbólica, consolidando-a como referência para as demais organizações. Além de representar o elo mais estável da rede, exerce função de coordenação informal, sendo frequentemente a interlocutora principal entre o poder público e as demais associações. Essa posição dominante, contudo, reforça a assimetria interna do campo, pois concentra visibilidade, recursos e poder de decisão em um único agente.

Imagem 2: Associação 1

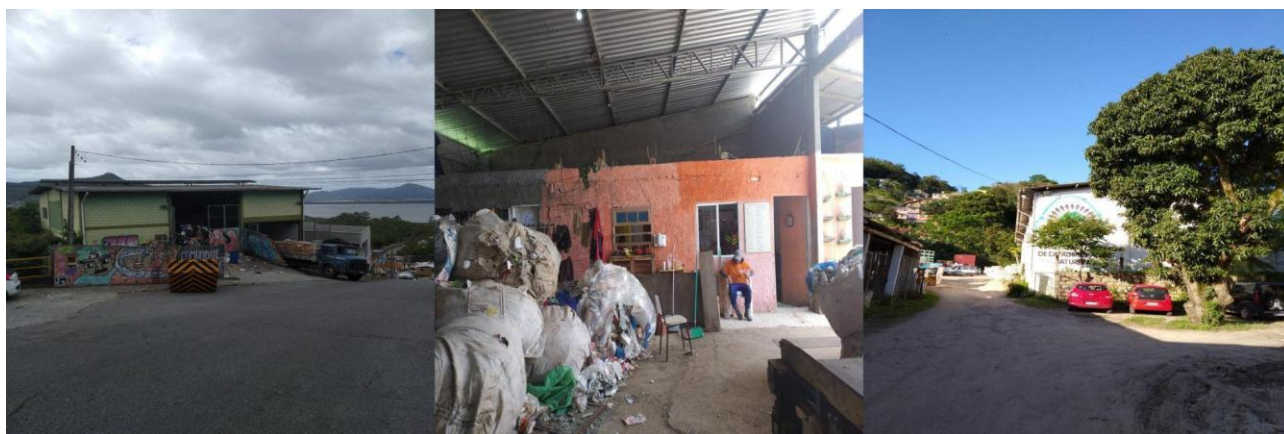


Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Embora a associação não tenha se disponibilizado para uma entrevista presencial e nem em forma virtual, pudemos realizar uma visita na companhia de Lopes, na mesma data da visita a Comcap. Nesse momento foi possível conhecer a estrutura, as instalações e observar o modo de trabalho dos cooperados, confirmando o fato de uma maior estrutura em relação às demais associações.

Adentrando nas associações em que foi possível realizar visitas e entrevistas, observa-se uma diversidade de contextos e trajetórias. A Associação 2, fundada em 2011, está situada na região central da cidade, em uma área de morro e de moradias populares, funcionando em um galpão cedido pela Prefeitura e conta atualmente com sete cooperados. Sua presidente, Carla Nunes, foi entrevistada em 7 de dezembro de 2021, por vinte e dois minutos. Já a Associação 3, localizada em um bairro periférico da região sul da cidade (próximo ao aeroporto e a outros bairros populares) iniciou suas atividades em 2018 em um galpão alugado, reúne 30 cooperados e é presidida por Silvia Fernandes, entrevistada em 16 de novembro de 2021, por quarenta e oito minutos. Por sua vez, a Associação 4 está situada em um bairro da região central (região do centro administrativo do Estado e do Município), funcionando desde agosto de 2018 em um galpão alugado e atualmente conta com 18 associados, tendo como presidente Mário Dias, entrevistado em 25 de outubro de 2021, por trinta minutos.

Imagem 3: Associações 2, 3 e 4



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Alguns pontos em comum entre todas as associações: a necessidade de intermediários (sucateiros) nas suas vendas, o que indica a dificuldade de atingir o cliente final seja pelo reduzido volume de resíduos triados, seja pela urgência de fluxo de caixa. O apoio da Comcap em relação às licenças e a parte burocrática de abertura e registro; as dificuldades financeiras de conseguir arcar com esses custos burocráticos; a maioria dos cooperados têm ensino fundamental incompleto ou completo; parcerias com a Ancat e recebimento de apoio com itens de mobiliário, máquinas e caminhões.

Em relação ao volume dos resíduos recebidos, duas das três associações confirmaram que houve uma redução durante a pandemia, exceção feita à Associação 2, cujo volume habitual já é pequeno. No que se refere à origem dos resíduos, as Associações 2 e 4 recebem resíduos tanto da Comcap quanto de moradores das comunidades, enquanto a Associação 3 depende exclusivamente do repasse da Comcap.

A dificuldade de conseguir apoio público é evidenciada nos depoimentos. Como relata Nunes (2021):

Aqui esse galpão na real é da prefeitura, então ela só fez e tipo largou, se precisar fazer uma reforma igual nossos banheiros, que não está bem funcionando, tudo assim, igual o muro que a Comcap derrubou, que daí a gente não tem como fechar os portões, então, daí tipo a gente não tem apoio da prefeitura nisso, pra falar a verdade não temos apoio nenhum da prefeitura (Nunes, 2021).

Dias (2021) reforça a necessidade de parcerias: "A dificuldade existe porque o trabalho é árduo e duro, mas a parceria, a gente deveria ter mais parceria com o poder público né, como a gente tá numa capital que tem tantos órgãos públicos que poderiam ajudar".

Ele complementa:

Abriu a associação, já tinha que ser mais bem divulgada, a reciclagem na cidade né, para as associações, colaborar com as associações, porque é um meio difícil de lidar, porque tanto material que eles pegam já vai para outras empresas, não associação, daí é complicado de nós lidar com essas empresas, se tivesse maior colaboração da prefeitura e dos órgãos públicos a gente conseguia andar com as pernas nossas mesmo, nós temos indo, eu trabalho com isso há vinte anos. Nós ficamos faceiros, além de ganharmos o sustento nosso, a gente tá fazendo uma ação para o meio ambiente, pra todos né. Se tu ver o tanto de material que nós tira aqui, meu Deus do céu. Não só nós, mas todas as associações (Dias, 2021).

Tais falas reforçam a complexidade da relação entre o poder público e as associações, tanto na questão do apoio na manutenção das estruturas, como na divulgação da reciclagem e na distribuição dos resíduos. Igualmente observamos a preocupação de serem reconhecidos enquanto agentes ambientais, como já observado por Dagnino e Johansen (2017) no que se refere a luta pela legitimação desses agentes dentro da logística reversa.

Em relação a proibição da catação na rua, Nunes (2021) presidente da Associação 2 comenta que:

A gente não sabia o que significava isso, tudo que vem de projeto vem lá da Associação 1, daí a gente foi lá, assinou, nem lemos o que era. Daí dia 26 a gente esteve num encontro lá em Rio do Sul, daí o Dorival (liderança do MNRC-Movimento Nacional de Catadores) falando disso, porque tipo assim, pra lá muitos catadores que são da rua são da Associação, com o carrinho né. Então ele estava explicando que se continuasse esse projeto não vai ser aprovado por causa daí ia prejudicar muito eles. Ele estava comentando com a gente lá. Aí falei pra ele, não sabia o que era isso aí. Tudo que acontece ele sempre está ali vendo (Nunes, 2021).

Observa-se através desta fala, que no eixo das associações, a Associação 1 exerce uma posição de dominação simbólica, pois seus representantes são aqueles que atuam mais diretamente junto às entidades. Essa centralidade se explica pelo porte da associação, pela proximidade com a Comcap e pela longa trajetória no mercado, o que também fica evidenciado na entrevista de Nunes (2021) ao se referir a vendas de resíduos com volumes pequenos para a Associação 1.

No que se refere aos resíduos com maior valor, como os eletroeletrônicos, que são enviados para uma empresa privada, Fernandes (2021) comenta que a associação se mostrou interessada em tirar as licenças ambientais para trabalhar com esse tipo de resíduo, todavia o alto custo foi um impeditivo e que houve resistência da Comcap para esse tipo de atuação da associação.

Então assim, agora é uma oportunidade de dividir um pouco isso aí. Eu acho assim, se a cooperativa tem a licença ambiental, eu acredito que a Comcap, seria mais do que direito a gente dividir esse material. Aí, eu não tenho condições, eu não tenho licença ambiental, não, beleza, mas se eu tenho, então eu vou querer

um pedaço disso aí. O reciclado é mixaria, o material nobre é o que dá valor mesmo, mais valores melhores é dividido entre os cooperados, tu não acha que isso melhora a vida de todo mundo? Disse, nossa de oito pra oitenta, se hoje eles ganham mil e quinhentos na quinzena, dois mil por mês, dois mil e quinhentos, é a média deles aqui. Agora imagina tendo um material que a gente pudesse trabalhar. (Fernandes, 2021).

Tal fala corrobora o monopólio da classificação legítima exercido pela Comcap sobre a distribuição dos resíduos entre as associações e empresas. A atuação técnica da autarquia também exerce mediação simbólica, ao reforçar hierarquias e desigualdades que limitam a agência dos catadores na logística reversa e da captação de resíduos de maior valor agregado.

Nos aspectos sociais e ambientais, todas as associações articulam ambos os eixos em suas práticas. No caso da Associação 3, destaca-se a presença de imigrantes e mães solo entre os cooperados. A relevância social da atividade é ressaltada por Fernandes (2021):

Aqui são trinta famílias que se beneficiam disso aqui, do material reciclado, trinta vezes cinco, são cento e cinquenta pessoas que comem desse material aqui, cada família é quatro, cinco pessoa, cada pessoa que está aqui tem quatro ou cinco, pra mais, eles conseguem pagar o aluguel, eles conseguem pagar as continhas deles, eles têm INSS, tem conta no banco, que a gente conseguiu abrir, tudo pela cooperativa. Eles conseguem receber o cartãozinho lá, tem PIX (Fernandes, 2021).

De modo semelhante, Dias (2021) enfatiza as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a catação como alternativa de sobrevivência. Essa realidade corrobora a análise de Dagnino e Johansen (2017), segundo a qual a coleta de resíduos tornou-se uma atividade desenvolvida por pessoas com baixa qualificação formal, mas ampla experiência prática, diante da falta de oportunidades no mercado de trabalho. Mais do que uma atividade econômica, a coleta e a triagem de recicláveis refletem a condição de exclusão social agravada pela pandemia no Brasil.

Percebe-se que não se tratam apenas de empreendimentos nos moldes burocrático-legais, mas existe também uma ação racional a valor (Weber, 1999). Além de atender a necessidade de gerar renda, é uma forma de dar apoio e assistência social à comunidade. Da mesma maneira que todo o resíduo que não vai para aterros reduz os impactos ambientais, gera o sustento de toda a família envolvida na Associação. Esse papel sócio-ambiental é percebido por todos os entrevistados.

Apesar dessas adversidades, as associações não operam apenas como espaços de reprodução da precariedade, mas também como espaços de pertencimento, resistência e reconstrução identitária. Na pesquisa realizada, os próprios catadores entrevistados

apontaram que permanecem nas associações por múltiplos motivos: afinidade com a atividade, vínculo com colegas, senso de utilidade social e necessidade financeira.

Essas entrevistas evidenciam que, além da dimensão econômica, há uma dimensão simbólica e moral no trabalho desenvolvido pelas associações. O lixo é ressignificado como fonte de renda e como prática ambientalmente correta. Contudo, o reconhecimento dessa função por parte dos agentes institucionais ainda é limitado, e as associações frequentemente são tratadas como executoras subordinadas de tarefas e não como parceiras plenas.

3. Disputas e relações de poder na reciclagem de resíduos sólidos em Florianópolis

A Sociologia Econômica de Bourdieu nos oferece algumas pistas para pensar a reciclagem. As associações de catadores operam com baixo volume de capital econômico, cultural e simbólico, o que as coloca numa posição dominada dentro do campo da reciclagem. Elas participam do “jogo” social (Bourdieu, 1996), mas com recursos muito desiguais frente a agentes como a Comcap ou empresas privadas, como as citadas pela entrevistada da associação 2. Essa entrevistada cita a necessidade de intermediários nas vendas: “São chamados de atravessadores, pagam pouco pra gente e lucram mais depois, porque nós não temos muita quantidade”.

Em muitos casos, os catadores relatam dificuldade de acesso a materiais com valor de revenda ou à infraestrutura mínima necessária para triagem e armazenamento. A pesquisa aponta, por exemplo, que a qualidade dos resíduos encaminhados às associações é variável e, por vezes, insatisfatória, o que afeta diretamente a renda dos cooperados. Além disso, há uma reclamação de que parte do material de maior valor não chega às associações, como os resíduos eletroeletrônicos, que é direcionado a empresas com maior poder de articulação e com as licenças específicas para a atuação com esse tipo de material.

Essa disputa por materiais não é apenas econômica, mas também simbólica. Trata-se de uma luta por reconhecimento e por legitimação da função que os catadores desempenham no processo de reciclagem. Como analisa Bourdieu (2003), as disputas envolvem não só recursos materiais, mas também o direito de nomear, de classificar e de dar sentido às práticas sociais. Nesse sentido, as associações lutam para serem reconhecidas não apenas como “recolhedoras de lixo”, mas como agentes ambientais e sociais, legitimamente engajados na sustentabilidade.

Os nomes escolhidos por algumas associações, como “Amigos da Natureza”, “Recicla Floripa” ou “Esperança”, expressam essa tentativa de reafirmar uma identidade positiva e ecológica, contrastando com o estigma histórico que recai sobre a figura do catador. Essa construção simbólica também pode ser lida como uma estratégia de inserção no campo, buscando alinhar-se à doxa dominante da sustentabilidade ambiental (Bourdieu, 2003), sem que sejam, no entanto, detentores dos mesmos capitais que os dominantes. Os catadores vivem uma condição ambígua: ao mesmo tempo em que se percebem como “agentes ambientais” ou “trabalhadores essenciais”, por vezes são confundidos com os próprios resíduos que coletam, sendo invisibilizados e deslegitimados como trabalhadores plenos. Essa ambiguidade reforça a fragilidade simbólica de suas posições no campo (Dagnino; Johansen, 2017).

As associações de catadores representam um polo dominado no campo da reciclagem, mas que desenvolve estratégias de resistência. A análise dessas associações a partir da Sociologia Econômica evidencia como os mercados são arenas de disputas não apenas econômicas, mas também sociais e simbólicas, nas quais a lógica da dominação é constantemente tensionada pelas estratégias dos dominados.

A logística reversa de resíduos sólidos em Florianópolis revela uma dinâmica marcada por diferenças importantes entre os agentes que a compõem. A partir da perspectiva da Sociologia Econômica, é possível compreender essas relações como constituídas por disputas simbólicas e materiais, localizadas em um espaço social em que se percebem diferentes volumes e composições de capitais econômicos, culturais, sociais e simbólicos.

No caso em análise, a Comcap, representada por técnicos com formação superior e vinculação ao poder público, ocupa posições dominantes no campo da gestão de resíduos. Essa posição se expressa não apenas pela posse de capital institucional e simbólico, advindo de sua autoridade legal, mas também por seu capital cultural e técnico, como no caso do entrevistado Wilson Lopes, engenheiro com formação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que atua como gestor da autarquia.

Em contraste, os catadores vinculados às associações encontram-se em posição dominada, sendo oriundos de contextos de vulnerabilidade social, com baixa escolarização e trajetórias marcadas pela exclusão do mercado formal de trabalho. Esses sujeitos encontram na catação uma alternativa de sobrevivência e organização coletiva e reivindicam, por meio de suas associações, reconhecimento pelo papel ambiental que exercem.

A lógica que estrutura essa relação é marcada por uma disputa simbólica sobre quem detém o "direito legítimo de classificar" os resíduos e suas destinações. Na reciclagem de resíduos, isso se expressa na disputa sobre o que é "descarte correto", quem pode realizá-lo e quais práticas devem ser reconhecidas como ambientalmente adequadas.

A Comcap, ao operar a coleta seletiva, ocupa a posição de definidora dos critérios de legitimidade e coordenação da cadeia. Já as cooperativas de catadores precisam constantemente justificar sua relevância, muitas vezes com base em um discurso ambiental-moralizante, que relaciona sua atuação à preservação ambiental. Há uma tensão latente entre a lógica burocrático-institucional da Comcap e a lógica de sobrevivência e solidariedade que estrutura as associações. Essa tensão se acirra diante das exigências técnicas e legais para o manuseio de resíduos, cuja separação e triagem exigem conhecimentos específicos.

Bourdieu (1996) enfatiza que os agentes que ocupam posições dominadas podem tanto reproduzir a lógica do campo, ao aceitar sua posição subordinada, quanto contestá-la, por meio de estratégias heréticas. No caso das associações, observa-se um duplo movimento: de um lado, uma busca por reconhecimento junto à Comcap e aos órgãos públicos; de outro, um esforço de autonomização, em que o valor de sua prática é construído a partir de discursos de justiça social e responsabilidade ambiental.

As desigualdades de capitais entre Comcap e associações se refletem também na visibilidade pública e na capacidade de articulação institucional. Esse contraste reforça o que Bourdieu (2014) nomeia como "monopólio da autoridade simbólica", no qual determinados agentes são reconhecidos como legítimos porta-vozes da verdade ou da ordem pública, enquanto outros são silenciados ou invisibilizados.

Por fim, a análise da relação entre Comcap e associações de catadores permite identificar a existência de um espaço social em disputa, onde o valor simbólico do lixo, os critérios de reconhecimento institucional e as estratégias de consagração ambiental estão em jogo. O estudo mostra que, embora a PNRS defina diretrizes para o reconhecimento dos catadores como parte importante do sistema, as desigualdades estruturais e as barreiras simbólicas persistem, revelando desafios para a implementação dessa política pública.

4. Considerações Finais

A análise da gestão de resíduos em Florianópolis revela a complexidade do mercado da reciclagem e as desigualdades que o estruturam. O mercado da reciclagem se

configura como um espaço em disputa, no qual diferentes agentes lutam pela definição do que é o descarte correto, quem são os agentes ambientalmente legítimos e quais capitais são valorizados. Essa dinâmica se expressa na oposição entre atores dotados de alta legitimidade institucional, como empresas licenciadas e autarquias públicas, e atores populares, como cooperativas e catadores autônomos, com baixo reconhecimento social e que são atores em posições estruturalmente subordinadas.

A conformação social do mercado local se dá por meio de uma rede de relações desiguais, onde o poder simbólico e institucional está concentrado na Comcap, enquanto as cooperativas, apesar de sua relevância prática, ocupam posições subordinadas.

Ao longo do artigo, demonstrou-se que essas associações enfrentam barreiras materiais, legais e simbólicas que dificultam sua inserção plena no mercado. A heterogeneidade entre elas, tanto em termos de infraestrutura quanto de formalização, contribui para reforçar essas desigualdades internas, revelando que nem todas as associações têm acesso aos mesmos recursos, parcerias e oportunidades de reconhecimento.

A Comcap, por sua vez, ao mesmo tempo em que fornece suporte logístico e institucional a algumas associações, também centraliza o controle sobre os fluxos materiais e as condições de funcionamento da cadeia. Esse modelo de delegação condicional e hierarquizada limita a autonomia das cooperativas e reforça a posição dominante da autarquia no campo.

Do ponto de vista simbólico, a luta pelo reconhecimento aparece como eixo central das estratégias das associações. Mais do que garantir renda, sua atuação é pautada por uma busca por legitimidade social, ambiental e política. A tentativa de se posicionarem como agentes ambientais legítimos, e não apenas como trabalhadores informais, é um tema que convida a pesquisas futuras relacionadas às experiências dos catadores, especialmente daqueles que não ocupam posições de gestão, bem como às tensões internas às associações, ainda pouco exploradas neste estudo.

O mercado de recicláveis, longe de constituir um ambiente técnico ou neutro, é uma construção social atravessada por disputas de poder, legitimidade e valor. A análise aqui desenvolvida reforça a importância da abordagem sociológica crítica que considere os processos de dominação, exclusão e resistência presentes na configuração desses mercados.

Embora as políticas públicas anunciem a valorização da logística reversa reconhecendo a importância das cooperativas, na prática essas cooperativas atuam como

prestadoras de serviço, e não como sujeitos coletivos com capacidade de agência, saber prático e contribuição ambiental. Garantir sua inclusão plena na cadeia exige investimentos em infraestrutura, capacitação técnica, apoio jurídico e, sobretudo, reconhecimento simbólico que combata os estigmas historicamente associados à sua atuação.

A partir dos resultados desta pesquisa, é possível apontar algumas implicações para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à logística reversa em Florianópolis. Em primeiro lugar, evidencia-se a necessidade de ampliar a autonomia das associações de catadores, especialmente por meio de sua maior participação nos espaços de decisão e organização política. Em segundo lugar, torna-se fundamental revisar os mecanismos de coordenação institucional, de modo a reduzir a concentração de poder na definição dos fluxos de resíduos e ampliar a transparência na distribuição de materiais, sobretudo aqueles de maior valor agregado. Por fim, o reconhecimento dos catadores como agentes ambientais legítimos deve ir além da formalização, incorporando estratégias de valorização simbólica e inclusão efetiva no mercado, enfrentando, assim, as desigualdades estruturais identificadas neste estudo.

Referências bibliográficas

ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2024**. Disponível em: <http://abrema.org.br/panorama/>. Acesso em 20 jul. 2025.

ANCAT - Associação Nacional dos Catadores. Atlas Brasileiro da Reciclagem 2023. Disponível em: <https://atlasbrasileirodareciclagem.ancat.org.br/>. Acesso em 20 jul. 2025.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papius, 1996.

_____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003

_____. **O campo econômico**. Revista Política & Sociedade, Florianópolis, v. 6 p. 15-58, 2005 (tradução de "Le champéconomique". Actes de a Rechercheen Sciences Sociales, v.119, p. 48-66, 1997).

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BOURDIEU, P. ; CHAMBOREDON, J. C. ; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em 11 jul 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Resíduos sólidos urbanos.** Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/meio-ambiente-urbano-recursos-hidricos-qualidade-ambiental/residuos-solidos-urbanos>. Acesso em: 20 out. 2025.

DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. **Os catadores no Brasil:** características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. Repositório Ipea, São Paulo, abr. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/6c3bf024-4fce-44c1-99f9-8d13246f0263/content>. Acesso em 15 mar. 2020.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. **Evolução da Limpeza Pública na Capital. Florianópolis, 2020.** Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=evolucao+da+limpeza+publica+na+capital&menu=1&submenuid=sobre> Acesso em 15 abr. 2022 31

_____. Prefeitura Municipal de. **PMF investiu R\$ 10 milhões em coleta seletiva para acelerar metas lixo zero.** Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/residuos/index.php/index.php?pagina=notpagina¬i=22693>. Acesso em 17 nov. 2020.

_____. Prefeitura Municipal. **Origem ligada à pavimentação pública.** Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=origem+ligada+a+pavimentacao+publica&menu=1&submenuid=sobre#:~:text=A%20origem%20da%20Comcap%20est%C3%A1,desde%20a%20d%C3%A9cada%20de%2040>. Acesso em set. 2021.

_____. Prefeitura Municipal. **Associações/cooperativas de catadores de resíduos recicláveis secos parceiras da prefeitura municipal de Florianópolis – junho/2022.** Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24_06_2022_15.28.44.a6b5dac659782748068dd07d94d5c782.pdf. Acesso em 11 jul. 2025.

_____. Prefeitura Municipal. **Projeto de lei que regula a coleta seletiva tem apoio dos catadores.** Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/residuos/index.php?pagina=notpagina¬i=23938>. Acesso em 15 ago. 2025.

Kasper

Poder público e associações de catadores em Florianópolis: disputas e assimetrias no mercado da reciclagem

NSC Total. Presidente da Comcap pede para população de Florianópolis descartar só o lixo necessário. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/presidente-da-comcap-pede-para-populacao-de-florianopolis-descartar-so-o-lixo-necessario>. Acesso em 23 out. 2025.

SABOYA, Renato. Mapas de renda média do responsável para a Área Conurbada de Florianópolis. 2022. Disponível em: <https://zenodo.org/records/17737441>. Acesso em 08 fev. 2026.

SWEDBERG, Richard. **Sociologia Econômica: Hoje e amanhã**. São Paulo: Tempo Social. Vol. 16, n. 2. São Paulo, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dvSxLM8hKX5dKCQzK6xtQbq/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2024.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. vol. 2. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.

_____. **Economia e Sociedade**. vol. 2. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.